


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público<< Campo excluído do banco de dados >>**
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0009165-71.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Contratos Bancários**
 Requerente: **Itau Unibanco Sa**
 Requerido: **Esther Maria Pires da Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

Processo nº 938/13

ITAU UNIBANCO SA, qualificado na inicial, ajuizou ação de Procedimento Sumário em face de Esther Maria Pires da Silva, também qualificada, alegando tenha firmado com a ré contrato de financiamento nº 30646 – 000000641122569, oportunidade em que creditou o valor de R\$ 23.375,88 na conta corrente da requerida. A requerida não quitou a dívida, razão pela qual requereu a condenação da requerida ao pagamento de R\$ 34.050,08.

Citada pessoalmente, a requerida contestou a ação confirmando a realização do contrato, porém encontra-se em crise financeira, com dificuldades em conseguir trabalho, motivo pelo qual inadimpliu o contrato.

O autor replicou reiterando os termos da inicial.

É o relatório.

DECIDO.

A ré confessa a mora no pagamento do contrato de financiamento, limitando-se a dizer que passa por dificuldades financeiras, pois devido à idade não consegue trabalhos, e que inclusive vive de favor na casa de parentes.

Ora, se a requerida não impugnou especificamente os fatos narrados pelo réu, este fato presume-se verdadeiro.

Há, a ver desse Juízo, portanto, presumida confissão de veracidade desses fatos, com o devido respeito.

No mais, o contrato e os extratos de evolução do saldo, acostados à inicial, dão conta de permitir a este Juízo o acolhimento da demanda.

Fica, pois, a ré condenada ao pagamento da importância de R\$ 34.050,08 (trinta e quatro mil e cinquenta reais e oito centavos), que deve ser acrescida de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data do ajuizamento da ação, atento a que, *“o critério de cálculo após o ajuizamento da execução é com base na Lei n. 6.899, de 1981”* (Ap. n. 716.227-2 – 7ª Câmara. 1º TACSP – v. u. - ROBERTO MIDOLLA, Relator)¹, atento a que, *“superada a etapa de liquidação, passou-se ao processo de execução por quantia certa, quantia que somente poderá ser acrescida dos juros e correção monetária”* (RE n. 6.974/SP – STJ -

¹ JTACSP - Volume 168 - Página 79.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

Relator o Min. ATHOS GUSMÃO CARNEIRO) ².

A ré sucumbe e deve também arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, ficando suspensa a execução enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita, que ora fica deferida.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO a ré Esther Maria Pires da Silva a pagar ao autor ITAU UNIBANCO SA, a importância de R\$ 34.050,08 (trinta e quatro mil e cinquenta reais e oito centavos), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data do ajuizamento da ação, e CONDENO o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado ficando suspensa a execução enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita, que ora fica deferida.

P. R. I.

São Carlos, 10 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

² JTACSP - Volume 168 - Página 79.